

JUVENTUDE URBANA E SUAS NARRATIVAS: PRÁTICAS RESISTENTES?

Daniela Matos¹

Resumo: Este artigo tem como ponto de partida o reconhecimento das narrativas identitárias como instrumento de tomada de posição dos sujeitos e seu potencial em provocar deslocamentos nas disposições de poder estabelecidas pelas discursividades sociais hegemônicas. A reflexão aqui desenvolvida busca reconhecer o potencial de resistência presente em práticas culturais-comunicativas – compreendidas enquanto narrativas de identidade – realizadas por grupos juvenis que afirmam seu pertencimento identitário à periferia das grandes cidades.

Palavras-chave: juventude, resistência, narrativas identitárias.

1. Cultura juvenil: tática de resistência?

O ponto de partida desse artigo é o reconhecimento das narrativas identitárias como instrumento de tomada de posição dos sujeitos e seu potencial em provocar deslocamentos nas disposições de poder estabelecidas pelas discursividades sociais hegemônicas. A proposição está fundamentada teoricamente nos Estudos Culturais de tradição inglesa (herdeiros do CCCS²), de modo que o debate sobre grupos identitários e práticas culturais está intrinsecamente ligado a uma reflexão sobre o poder, suas formas de expressão e reprodução, questões de dominação, subalternidade e práticas de resistência.

Nessa reflexão os sujeitos que se posicionam são jovens que articulam – através de ações culturais-comunicacionais - seu pertencimento identitário à territórios socialmente excluídos dos centros urbanos configurando um coletivo reconhecido socialmente, e que se auto-reconhece, por “juventude periférica”.

As abordagens teóricas voltadas para as práticas culturais juvenis têm como marco a década de 70, período de consolidação dos movimentos sociais e da intensificação dos debates sobre ação política e direitos humanos, com o fortalecimento de reivindicações em torno de questões geracionais, ambientais, sexuais, etc. Nesse

¹Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFMG. Pesquisadora do Grupo COMCULT- Comunicação, Mídia e Cultura/UFMG. Bolsista FAPEMIG. E-mail: d.abreu.matos@gmail.com.

²O CCCS – Centre for Contemporary Cultural Studies – da Universidade de Birmingham na Inglaterra representa a consolidação, e de certa forma o reconhecimento institucional, da perspectiva de investigação teórico-política dos Estudos Culturais. Esse campo de estudo é reconhecido pela articulação das proposições iniciais de Richard Hoogart, Raymond Williams e Edward Thompson ainda nos anos 60, com a liderança de Stuart Hall a partir da década de 70. Em português há uma extensa bibliografia sobre as condições históricas, principais pautas teórico-políticas e temas de interesse dos Estudos Culturais e sua origem britânica, a saber (Escosteguy, 2001; Cevalco, 2003; Gomes, 2004; Johnson, 2006)

contexto a reflexão sobre a formação de grupos identitários pôde ampliar-se e incluir novas configurações marcadas por múltiplos sentidos de pertencimento³ além da condição de classe social, principal sentido gerador de identificação até a primeira metade do século XX.

O encontro entre a proposta teórica dos Estudos Culturais de “esmiuçar (por meio de análises textuais e abordagens etnográficas) de que maneira os recursos da cultura funcionam tanto para forjar a aceitação do *status quo* e a dominação social, quanto para habilitar e encorajar os estratos subordinados a resistir à opressão e a contestar ideologias e estruturas de poder conservadoras” (Freire Filho, 2008, p. 21) e o contexto pulsante dos novos movimentos sociais, na década de 70 e 80, foi suficiente para colocar a juventude – ou juventudes, para dar conta da diversidade de articulações em grupos identitários – em evidência e grupo social relevante para a compreensão dos novos modos de estar no mundo e, nesse sentido, em objeto de análise e reflexões teóricas.

A partir desse momento configura-se uma tradição de pesquisas e estudos cujo foco central é a juventude, ou culturas juvenis, em sua dimensão de ação política, de consumo cultural, de ação social entre outros âmbitos, analisados, ora isoladamente, ora em inter-relação com os demais.

No Brasil, e especificamente no campo de pesquisa ligado à comunicação, podemos identificar esforços no sentido de consolidar uma trajetória de estudos relacionados à juventude, comunicação e práticas culturais⁴. Nesse contexto desenvolvem-se estudos que articulam a juventude aos aspectos de seu consumo cultural e constituição de grupos identitários; a apropriação das novas tecnologias e resignificação do uso dos meios; e também, análises centradas na representação da juventude, ou do jovem, em produtos midiáticos-massivos (filmes, novelas, seriados, mini-séries, etc).

No entanto, ainda ocupam espaço secundário análises preocupadas em compreender a o funcionamento de ações culturais-comunicacionais empreendidas por grupos de jovens, com reconhecido pertencimento às periferias de centros urbanos, inseridos em processos coletivos de transformação social.

O debate toma novo fôlego no período de transição e início do século XXI devido ao fortalecimento de grupos e coletivos juvenis voltados para mobilização social

³ Entre esses sentidos emergentes podemos identificar o gênero e a raça como os pioneiros a exigir olhares e reflexões específicas

⁴ Podemos citar alguns pesquisadores com percurso teórico relacionado à cultura juvenil como João Freire Filho, Veneza Mayora Ronsini, Silvia Borelli, entre outros.

que, apesar de múltiplas configurações, apresentam características em comum: são formados por sujeitos diretamente implicados em condições extremas de desigualdades sociais e que buscam uma referência local, territorial, como estratégia de consolidação do grupo do qual fazem parte. Entram em cena grupos culturais-comunitários com origem em bairros periféricos, comunidades, favelas, morros, aglomerados dos grandes centros urbanos que expressam, nas suas práticas culturais, demandas por igualdade social e visibilizam as situações de escassez em que vivem.⁵

O contexto urbano contemporâneo é, cada vez mais, marcado por intervenções resultantes de práticas coletivas e realizadas, na sua maioria, por grupos de jovens que se articulam em torno de diferentes linguagens artísticas e tecnológicas – dança, teatro, grafite, poesia, vídeo, internet, etc. A cidade, enquanto espaço de diálogo e interação, aparece como o território prioritário para as reivindicações de direitos, e entre eles, a construção de representações sociais mais abrangentes e menos discriminatórias dos jovens moradores de comunidades socialmente periféricas.

Em estudo desenvolvido sobre o Hip Hop e seu lugar enquanto fala contra-hegemônica essencialmente juvenil e periférica, Granja & Araújo (2008) afirmam,

Os raps e os grafites presentes nos becos e vielas se transformam na fala contra-hegemônica da população desses espaços, ao retratar o cotidiano da favela e as contradições da realidade. As rimas e os traços dos artistas de rua se contrapõem às representações petrificadas e opressoras daqueles que detêm o poder. (GRANJA & ARAÚJO, 2008, p. 224)

Investigações atuais têm dedicado atenção a esses movimentos na tentativa de melhor compreender sua presença nas sociedades contemporâneas. A perspectiva proposta por Maia & Prata⁶ (2008), por exemplo, é de que a juventude dos territórios populares exerce uma “cidadania cultural” através de apropriações das tecnologias de comunicação articuladas às demandas locais, gerando uma cultura comunitária popular com potencial de resistência e oposição aos discursos hegemônicos.

Com essas histórias, miúdas, cotidianas e banais percebemos a emergência do jovem cidadão que se articula por meio de práticas culturais. Esse jovem faz reapropriações dos produtos da acelerada cultura contemporânea. A noção do direito é conquistada por meio de ações matreiras, astutas, amorosas e sedutoras típicas do cotidiano,

⁵Alguns desses grupos têm, hoje, ampla visibilidade midiática como o AfroReggae, o Nós do Morro, a CUFA – Central Única das Favelas, entre outros. No entanto vale reafirmar que existem inúmeros grupos espalhados por todo o Brasil com diferentes graus de institucionalização e mobilização local que atuam sob princípios semelhantes, a valorização da juventude das periferias com suas diferentes características e demandas.

⁶ Proposição resultante do trabalho empírico realizado pelos autores com jovens da Candelária, sub-localidade da favela da Mangueira no Rio de Janeiro.

que moldam o exercício de uma cidadania que consideramos cultural.
(MAIA & PRATA, 2006, p.13)

As reflexões de Borelli & Rocha (2008) são contribuições fundamentais para a compreensão da força dos movimentos juvenis nos centros urbanos e, especialmente, sua condição de centro gerador de narrativas e representações sociais que objetivam afastar-se das imagens hegemônicas constantemente associadas à violência e marginalidade.

Por meio das redes de socialidade – e nem sempre articulados a projetos institucionais – alguns coletivos juvenis se tornam atores sociais, participam e intervêm em processos dentro de suas próprias comunidades, assim como nos espaços públicos das cidades em que residem. Alteram e transformam as estruturas e características originais dos cenários urbanos pela ação da música, do teatro, de leituras e narrativas, da dança e arte popular urbana, entre elas: grafites, pichações, *stickers*; intervêm em movimentos voltados para a ecologia, o meio ambiente, as novas ordens planetárias, entre outras alternativas de participação que adquirem um caráter político por sua intencionalidade e pelas formas por meio das quais se apropriam dos espaços públicos transformando-os, mesmo que efemeramente, em “lugares seus”. (BORELLI & ROCHA, 2008, p. 32/33)

Em diálogo com essas proposições o foco da nossa reflexão está relacionado a uma tentativa de identificar o potencial de resistência presente em ações culturais-comunicativas – compreendidas enquanto narrativas identitárias – de grupos juvenis. Desse modo, podemos afirmar que a preocupação principal está na percepção de marcas que ajudem a identificar quando, e em que condições, práticas culturais-comunicacionais realizadas por jovens, que afirmam seu pertencimento identitário a territórios periféricos, realizam o seu potencial resistente.

2. Narrativas identitárias: ação e posicionamento.

Um ponto de partida fundamental dessa reflexão é a relação que estabelecemos entre as práticas culturais-comunicativas juvenis e o conceito de narrativas identitárias. Compreendemos que as marcas deixadas pelo estar no mundo, viver e habitar as cidades, dos jovens – e sua radical diversidade – configuram os posicionamentos que, como propõe Stuart Hall, dá forma as narrativas de identidade, ainda que em sua radical instabilidade contemporânea. O olhar analítico, aqui exercitado, está à procura da identificação dessas marcas e das interações comunicativas – de concordância, tensionamentos ou negociações – operadas por ela.

Entre uma variedade grande de formulações do conceito de identidade há um núcleo comum que aproxima a noção de identidade à noção de posicionamento e afirma

seu caráter transitório e ficcional. Nessa perspectiva, a identidade cultural é entendida enquanto um processo, um empreendimento sempre em construção caracterizado por sua fluidez e dinâmica em articulação com as condições da vida contemporânea que vêm, a cada dia, acelerando os fluxos, re-definindo fronteiras, incorporando novas práticas sociais e exigindo dos sujeitos re-localizações constantes e contínuas.

A identidade está relacionada, dessa forma, aos posicionamentos que os sujeitos assumem, e toma forma de narrativa ou texto identitário, funcionando nas palavras de Hall (1996) como “pontos instáveis” formulados no interior dos discursos da cultura e da história. Estes, no entanto, são imediatamente substituídos numa dinâmica de re-posicionamentos a partir da emergência de novas e diferentes condições de referência. As condições de referência são reconhecidas enquanto a diferença que demarca fronteiras e é constituinte do “Outro”, daquele que conforma o “Eu” narrador pela alteridade, por aquelas características que não reconhece como suas.

A diferença é parte integrante do processo de identificação, ou de forma mais incisiva, segundo Tomaz Tadeu da Silva (2000), está no centro da perspectiva identitária dos Estudos Culturais, não é, simplesmente, um produto da identidade,

(...) para isso seria preciso considerar a diferença não simplesmente como resultado de um processo, mas como o processo mesmo pelo qual *tanto* a identidade *quanto* a diferença (compreendida aqui como resultado) são produzidas. Na origem estaria a diferença – compreendida, agora, como ato ou processo de diferenciação. (SILVA, 2000, p. 76).

No desenvolvimento da sua reflexão, o autor argumenta que a identidade e a diferença além de determinadas mutuamente, “são o resultado de atos de criação lingüística” o que fortalece a perspectiva defendida pelos Estudos Culturais de que não são características naturais, e sim, criações sociais ativamente produzidas. Essa distinção, e na verdade, a tensão entre visões essencialistas e visões construcionistas é um debate constantemente retomado pelos teóricos do campo.

A questão é problematizada de diferentes maneiras (Woodward, 2000; Silva, 2000; Escosteguy, 2001). Stuart Hall (2000) afirma que existem pelo menos dois caminhos para se pensar a identidade: um entendimento de cultura enquanto “cultura partilhada” por isso ligado, de alguma forma, a características essenciais que marcam a diferença de um grupo em relação à outro e estão vinculadas fortemente ao passado e a história. E um segundo caminho, que ele passa a argumentar favoravelmente, que procura articular a idéia de “o que somos” com a idéia de “o que nos tornamos”.

Ao ver a identidade como uma questão de “tornar-se”, aqueles que reivindicam a identidade não se limitariam a ser posicionados pela identidade: eles seriam capazes de posicionar a si próprios e de reconstruir e transformar as identidades históricas, herdadas de um suposto passado comum (WOODWARD, 2000, p. 28).

Kathryn Woodward (2000) comenta essa segunda concepção e explicita o caráter político da abordagem já que a aproxima de uma construção que pertence ao passado em articulação com a memória, mas também aos posicionamentos futuros que respondem às demandas sociais. Condição que, nas palavras de Stuart Hall, a configura enquanto uma “abordagem discursiva” (2000, p.106).

A perspectiva construcionista convoca para o debate um olhar mais detido sobre as formas culturais que resultam dos posicionamentos dos sujeitos. Nossa argumentação entende enquanto narrativas identitárias o conjunto de ações e práticas significativas que são formuladas a partir das vivências dos sujeitos e expressam uma tomada de posição que os localizam diante daqueles “Outros” dessemelhantes. No caso dos posicionamentos marcados pelos coletivos juvenis são evidenciadas marcas das suas vivências em trânsito no ambiente urbano, entre aqueles territórios considerados centrais e aqueles periféricos, como o que marca a diferença entre o “eu” – juventude da periferia – e os muitos outros “eus” habitantes do espaço urbano – juventude urbana de classe média; juventude com alto poder aquisitivo; não-jovens ricos; não-jovens pobres; etc.

Essa proposição está em consonância com a formulação apresentada por Leal (2006) de que “(...) as narrativas conservam-se como formas capazes de articular o estar-no-mundo aberto, em fluxo, tecido no entremear de imagens, falares, tradições e saberes” (2006, p. 20). E ainda enquanto “espaço de visibilidade” de relações de poder vividas no contexto sócio-histórico da sua formulação.

Assim, sendo forma, uma narrativa estrutura-se na articulação de elementos específicos cuja inserção na economia textual deve-se, porém, ao diálogo com outros textos, à situação de comunicação e ao conjunto das relações histórico-sociais que a localizam num contexto (LEAL, 2006,p.22).

Em diálogo, também, com a abordagem discursiva proposta por Foucault, fortemente incorporada pelos Estudos Culturais, identificamos as narrativas identitárias enquanto parte do conjunto de textos e práticas significativas que compõe uma determinada formação discursiva.

Por "discurso", Foucault entendia "um grupo de declarações que fornece à linguagem um falar sobre - uma forma de representar o

conhecimento sobre ... Discurso é sobre a produção de conhecimento através da linguagem. Mas ... uma vez que todas as práticas sociais implicam significado e o significado forma e influencia o que nós fazemos - a nossa conduta - todas as práticas têm um aspecto discursivo⁷. (HALL, 1997, p. 44) *Tradução pessoal*

Desse modo, a nossa utilização do termo “narrativa” para demarcar a ação dos sujeitos, ainda que nos limites da “episteme” e submetida à regulação dos “sistemas de verdade”, é intencional no sentido de buscar uma sutil diferença da concepção de discurso, formulada por Foucault. Essa diferença, que propomos considerar, está relacionada às marcas deixadas pelas escolhas dos sujeitos ao dar forma ao seu posicionamento identitário. Ainda que elas estejam submetidas, e em tensão, com os limites da linguagem e das estruturas de poder que configuram os sistemas de verdade de um dado momento histórico, deixam um “rastro resistente”, nas palavras de Homi Bhabha.

Cada vez que o encontro com a identidade ocorre no ponto que algo extrapola o enquadramento da imagem, ele escapa à vista, esvazia o eu como lugar da identidade e da autonomia e – o que é mais importante – deixa um rastro resistente, uma mancha do sujeito, um signo de resistência. Já não estamos diante de um problema ontológico do ser, mas de uma estratégia discursiva do momento da interrogação, um momento em que a demanda pela identificação torna-se, primariamente, uma reação a outras questões de significação e desejo, cultura e política. (BHABHA, 2001, p. 84)

Essa concepção de identidade enquanto prática significativa que toma forma de narrativa coloca em jogo as relações de poder que se estabelecem entre o chamamento, ou interpelação, feito pelos discursos aos sujeitos e a sua capacidade de negociação com essa discursividade social. A apropriação do conceito de interpelação, formulado por L. Althusser (1985), evidencia uma preocupação com a força do discurso e também com a ação do sujeito já que as revisões atuais procuram uma postura crítica e reconhecem que uma “suturação” eficaz do sujeito exige não apenas que ele seja convocado a assumir tal posição, mas que ele invista na mesma.

Utilizo o termo “identidade” para significar o ponto de encontro, o ponto de sutura, entre, por um lado os discursos e as práticas que tentam nos “interpelar”, nos falar ou nos convocar para que assumamos os nossos lugares como sujeitos sociais de discursos particulares e, por outro lado, os processos que produzem subjetividades, que nos constroem como sujeitos aos quais se pode

⁷ No original: By ‘discourse’, Foucault meant ‘a group of statements which provide a language for talking about – a way of representing the knowledge about... Discourse is about the production of knowledge through language. But... since all social practices entail meaning, and meaning shape and influence what we do – our conduct – all practices have a discursive aspect.

“falar”. As identidades são, pois, pontos de apego temporários às posições-de-sujeito que as práticas discursivas constroem para nós (HALL, 2000).

Nesse embate produtivo entre o chamamento feito pelas estruturas de poder, disciplinares e reguladoras, e a ação dos sujeitos em responder ou não (ou ainda, de que forma responder) a elas está a perspectiva identitária que fundamenta a nossa proposição. “Em suma, o que fica é a exigência de se pensar essa relação do sujeito com as formações discursivas como uma articulação” (Hall, 2000, p. 126) como uma via de mão dupla, em permanente fluxo e co-determinação. No percurso aqui apresentado essa relação, que está em permanente fluxo, pode ser observada a partir das ações de sujeitos, jovens urbanos e das periferias, e suas práticas significativas que deixam “signos de resistência” (Bhabha, 2001).

3. Quando há resistência? Marcas e vestígios.

O conceito de resistência, no âmbito dos Estudos Culturais associado a uma abordagem comunicacional, foi amplamente discutido no contexto brasileiro por Freire Filho com a publicação de *Re-invenções da Resistência Juvenil* (2007). O autor nos oferece uma revisão histórica do conceito evidenciando as principais controvérsias entre as diferentes abordagens presentes nos estudos relacionados à cultura jovem.

O autor problematiza uma passagem, por vezes demasiadamente festiva, do uso inicialmente articulado aos objetivos macro-políticos e coletivos com alvos e protagonistas institucionalizados à sua configuração pós-moderna, que privilegia ações locais e individualizadas e uma dimensão forte de subjetividade e fragmentação. É bastante enfático ao criticar uma constante inadequação do acionamento da idéia de resistência em diversas análises e reflexões acadêmicas atuais.

Despreza-se inteiramente, na abundante safra recente de monografias e antologias, a necessidade impreterível de diferenciação entre os desafios mais substanciais, persuasivos e perspicazes às estratégias e às tecnologias do poder e as posturas meramente acomodatórias, frívolas ou fanfarronas. Qualquer mínimo franzido de sobrelhas é automaticamente situado na linha de frente da confrontação política; o mais contido ar de deboche, avaliado numa perspectiva de emancipação social. (FREIRE FILHO, 2007, p. 168).

A questão que envolve o que deve (e pode) ser compreendido e analisado enquanto ação de resistência juvenil vem sendo discutida, pelo menos, desde a publicação de *Resistance through Rituals – youth subcultures in post-war Britain* (*RTR*)⁸, pelo CCCS, em 1976. Esse livro, em formato de coletânea de artigos, é

⁸ A primeira versão dos artigos que compõe esse livro foi publicada em 1975, em dois volumes do periódico *Working Papers Cultural Studies* (nos. 7/8). No ano seguinte, *Resistance through Rituals – youth subcultures in post-war Britain* foi publicado no formato de livro organizado em quatro partes, a saber, Part I - Theory I; Part II - Ethnography, Part III – Theory II e Part IV – Method. No total são 19

considerado um marco fundador e norteador dos estudos de cultura juvenil, no âmbito dos Estudos Culturais, ao apresentar um panorama das principais características da juventude da classe trabalhadora, no pós-guerra, e suas articulações em torno de diferentes agrupamentos identitários, identificados como subculturas.

O paradigma de análise, proposto por *RTR*, para as práticas culturais dos coletivos juvenis urbanos reivindica uma dupla atenção, tanto para aquilo que compõe marcas de formação e reconhecimento das subculturas, quanto para o entendimento da relação entre essas práticas e as estruturas sociais e culturais formadoras da sociedade na qual estão inseridas. Há um olhar preocupado em analisar a relação entre cultura e poder, e, com isso, compreender e validar novas formas de contestação social. Em uma nova introdução à segunda edição do livro, escrita em 2006, os editores afirmam que no contexto de publicação do livro reconheciam “juventude como uma metáfora para a mudança social”⁹. O trecho a seguir explicita as motivações e preocupações que estavam presentes nas reflexões dos teóricos subculturais desde a década de 70.

Em que sentido a desfiliação geracional foi um sinal de contradições sociais mais amplas? Qual foi o significado político e eficácia dos movimentos culturais, quando foi dada uma definição - muito expandida - para "política", expandida, por assim dizer, através da cultura? Foi neste contexto que as diferentes abordagens no livro formularam, como perspectiva comum, perguntas sobre o valor político de "resistência através de rituais" - a relação entre movimentos sociais altamente estilizados e culturalmente elaborados com culturas de classe, políticas culturais e outras formas de contestação social.¹⁰ (Hall & Jefferson, p.ix, 2006). *Tradução pessoal*

Podemos afirmar, desse modo, que a preocupação em definir limites, características e condições a partir das quais práticas culturais juvenis possam ser compreendidas enquanto ações de resistência e formas de contestação social é uma questão que emerge simultaneamente à própria consolidação dos estudos sobre a cultura jovem. E configura-se como um importante tema no desenvolvimento desse campo de estudo.

Para a compreensão desse debate e das controvérsias em pauta, torna-se fundamental entender os principais pontos em desacordo entre diferentes proposições

artigos e uma introdução. Em 2006 foi publicada uma nova edição que inclui uma nova introdução escrita pelos próprios organizadores.

⁹ No original “As is widely phrased at the time, youth was a ‘metaphor for social change’ (2006, p.viii)”

¹⁰ No original: “In what sense was generational disaffiliation a sign of broader social contradictions? What was the political significance and efficacy of cultural movements, when the ‘political’ was given a much – expanded definition – expanded, as it were, through the cultural? It was in this context that the different approaches in the book have, as a common underlying thread, questions about the political valency of ‘resistance through rituals’ – the relationship of highly-stylised and culturally-elaborated social movements to class cultures and of cultural politics to other forms of social contestation”.

teóricas. Aqui, destacamos uma crítica recorrente, proposta por pesquisadores identificados como pós-subculturais ou pós-CCCS¹¹, a romantização do caráter oposicionista das subculturas juvenis, por conferir, automaticamente, um status de prática contestação social. Cris Barker (2003), ao sistematizar o debate em torno da cultura juvenil, destaca essa controvérsia ao afirmar,

A evidência de que os consumidores jovens são criadores ativos do sentido é superestimada, no entanto, pois agência e atividade não têm que implicar resistência. Eles também podem significar apropriação ativa dos valores hegemônicos¹². (p.433). *Tradução pessoal*

As perspectivas, em tensão, evidenciadas por essa crítica são, de um lado a tentativa dos teóricos do CCCS em articular as práticas culturais com dimensões sócio-históricas da vida dos sujeitos e, com isso, perceber os embates que criam (ou tem potencial para criar) nos domínios da vida cotidiana. Do outro lado, uma perspectiva que articula as subculturas juvenis a intensificação do consumo decorrente do avanço do capitalismo no mundo pós-guerra, priorizando aspectos relacionados à satisfação individual.

Os embates teóricos, quando fundamentado em perspectivas opostas e dicotômicas, tendem a fixar e empobrecer ambos os lados do debate. Nesse caso os críticos acusam-se mutuamente de um mesmo sentido de simplificação das interpretações, de um lado as subculturas juvenis compreendidas enquanto espaço sempre carregado de sentidos políticos de contestação da ordem dominante, de outro como âmbito de um simples consumo deslocado de dimensões político-sociais e de caráter hedonista.

Contudo, o afastamento de lugares dicotômicos na análise cultural é uma proposição que fundamenta os Estudos Culturais, e em *RTR*, toma uma forma bastante enfática e definitiva. Nas palavras de Stuart Hall,

No contexto da presente discussão, o que parece mais significativo é a forma como *Resistance through Rituals* se distanciou ativamente das metáforas clássicas de “luta revolucionária” e das antinomias reforma/revolução, ao oferecer uma definição ampliada de ruptura social. No lugar das dicotomias simples da “luta de classe”, a obra inaugura a noção gramsciana de “repertórios de resistência” que, insiste-se ali, sempre foram historicamente específicos e conjunturalmente definidos. (HALL, 2003, p.229)

¹¹ Para um maior entendimento dos temas de debates, características e divergências principais entre os teóricos identificados por subculturais (vinculados à Escola de Birmingham) e aqueles intitulados pós – subculturais (pós – Birmingham) ver: “Capítulo 1- Divertimento e Dissenso: Subculturas, Cenas e Tibos num mundo sem fronteiras” no livro *Reinvenções da Resistência Juvenil*, de João Freire Filho e o artigo “Das sub-culturas às pós-subculturas juvenis: música, estilo e ativismo político”, do mesmo autor.

¹² No original: “The evidence that young consumers are active creators of meaning is over-whelming, nevertheless, agency and activity do not have to imply resistance. They can also signify active appropriation of hegemonic values.”

Desse modo, está colocada a necessidade de compreender as práticas das subculturas juvenis de forma contextualizada, em articulação com as condições sócio-históricas dos sujeitos implicados, e sua potência em provocar alterações em relações sociais estabelecidas de forma hegemônica. Freire Filho (2007) avança nesse debate quando afirma,

Não se tratava meramente, pois, de produzir inventários de padrões de consumo e estilos de vida subculturais; era impreterível avaliar que função a apropriação (criativa, insólita, espetacular) de artefatos da cultura do consumo, do tempo e de espaços territoriais assumia perante as instituições dominantes hegemônicas. (FREIRE FILHO, 2007, p.33).

Nessa direção Chris Barker, a partir da leitura de Hall¹³(2003), propõe uma conceituação reacional, conjuntural e normativa quando afirma que, “Isso depende de quem é dito a estar resistindo, a que, por quem e sob quais circunstâncias particulares¹⁴. (Barker, 2008, p.439). O autor aponta que “no contexto dos estudos culturais, descrever um ato como resistência não é um problema de verdade ou falsidade, e sim de utilidade e valor¹⁵” (p.437).

Embora não avance no aprofundamento do debate em torno dos conceitos de ‘utilidade’ e ‘valor’ nesse contexto, a proposição de Barker (2008) oferece pistas para o estabelecimento de um determinado percurso. Esta perspectiva se coloca na direção de compreender as formas e o contexto que possibilitam uma determinada ação cultural-comunicativa colocar em prática seu potencial de contestação social. E, também, perceber quando esse potencial não se realiza. Essa análise está distante do conteúdo ou da forma, em si mesma, das práticas culturais e articula-se com as diversas dimensões da vida dos sujeitos em ação.

A convocação de um olhar articulado com as demais instâncias da vida social não está aprisionado em metáforas¹⁶ dicotômicas, e sim, fundamentado em metáforas que permitem compreender de forma não-reducionista “as relações entre o social e o simbólico” (HALL, 2003, p. 220) e entre cultura e poder. Essa perspectiva nos leva a um afastamento de condições pré-existentes para a realização do potencial de

¹³ Do artigo “*For Allon White: Metaphors of Transformation*” publicado em 1996. A tradução brasileira integra a coletânea *Da Diáspora: identidade e mediações culturais*, publicado em 2003.

¹⁴ No original: “It depends on who is said to be resisting what by whom under particular circumstances”

¹⁵ No original: However, in context of cultural studies, to describe an act as resistance is a matter not of truth or falsity but of utility and value. (BARKER, 2008, p. 437)

¹⁶ No artigo já citado, “Para Allon White (...)”, Stuart Hall argumenta em prol da identificação de metáforas que ofereçam novas possibilidades de análise para a relação entre social e o simbólico, entre poder e cultura, já que a metáfora clássica de transformação social baseada em oposições e binarismos já não “inspira consentimento”. Ele reconhece o trabalho original de Stallybrass e White, influenciados por Bakhtin, com o desenvolvimento do conceito de transgressão e sua abertura para as idéias de ambivalência e hibridismo.

resistência, no entanto exige que a prática cultural seja compreendida enquanto um posicionamento diante de determinadas estruturas sociais e regulações e, portanto, uma tomada de posição diante do Outro e da diferença.

O que nos permite avançar na contra-argumentação a uma idéia, bastante presente no campo de estudo, de que qualquer prática cultural realizada por um grupamento identitário juvenil está inserida numa dinâmica de contestação social. A argumentação de Barker (2008), embora sem o aprofundamento necessário, está construída nessa direção no momento que ele afirma que “A resistência não é uma qualidade de um ato, mas uma categoria de julgamento sobre atos¹⁷”. (2008, p. 438). Ainda que o autor também chame a atenção para a estrutura de valores do analista – o Outro no momento da interação – como determinante para a classificação da ação numa categorização de valores.

Desse modo, nos parece que a realização do potencial resistente está relacionada a dinâmica de tensionamento que as ações culturais-comunicativas juvenis conseguem instaurar em relação aos “outros” posicionamentos hegemonicamente construídos para a juventude da periferia. A negociação entre os posicionamentos demandados, pelas auto-narrativas, e aqueles atribuídos, pelas narrativas hegemônicas, e os deslocamentos nos limites de definição de “eu” – ator coletivo, juventude periférica – e o “outro” constituem as marcas que evidenciam quais práticas culturais-comunicativas ocupam uma função social de táticas¹⁸ resistentes.

4. Considerações Finais

Essas ressalvas e posturas críticas são fundamentais, não para desacreditar do potencial de resistência das ações juvenis, e sim para compreendê-las a partir de sua contextualização e dinâmica contemporânea. Desse modo acreditamos que as práticas resistentes terão sua ação potencializada na medida em que as marcas de questionamento sejam identificadas contextualmente no momento da interação comunicativa. O exercício de análise nos parece ser o de identificar as operações de tensionamento entre as narrativas propostas pelos jovens das periferias, entendidas enquanto auto-representações do “eu”, e as narrativas propostas pelas discursividades sociais hegemônicas.

Na nossa proposição as práticas culturais-comunicativas devem ser analisadas enquanto materializações, “pontos de apego temporários”, que demarcam posicionamentos em relação/em tensão com aqueles oferecidos hegemonicamente Essa

¹⁷ No original: “Resistance is not a quality of an act but a category of judgement about acts”

¹⁸ Na acepção proposta por Certau (2004)

potência deve ser reconhecida a partir da percepção das características das práticas em relação ao seu contexto de inserção e as interações provocadas pela sua presença.

Essa possibilidade de alteração dos espaços é apresentada por Maia & Krapp (2009) e contribui para a nossa argumentação,

Os espaços sociais vão se transformando de acordo com o modo de vida que imprimimos nesses cenários. O universo das linguagens está sendo recriado para expressar novas formas de narrativas. A narração diante da celeridade contemporânea de objetos e pessoas nos remete não mais à pluralidade da cultura moderna, mas a uma fragmentação que sugere novas percepções e possibilidades de escrita do urbano (...) Hoje os pequenos discursos fragmentados narram a cidade. (MAIA & KRAPP, p. 5, 2009).

Dessa forma, argumentamos que as auto-narrativas dos sujeitos podem cumprir um papel de “táticas” de re-invenção e, portanto, de resistência, quando investem na desestabilização de papéis e representações sociais superficiais, preconceituosas e atreladas às relações de poder rigidamente estabelecidas.

Referências

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado**. (Trad. De Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro) 2ª edição, Rio de Janeiro: Edições Graaal, 1985, 128pp.(Biblioteca de Ciências Sociais, v. 25)

ANTUNES, Elton & VAZ, Paulo Bernardo. Mídia: um aro, um halo e um elo. In: FRANÇA, Vera; GUIMARÃES, César. (Org.). **Na mídia, na rua: narrativas do cotidiano**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2006.

BABHA, Homi. **O local da cultura**, Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2001.

BARKER, Chris. **Cultural Studies: Theory & Practice**. London: Sage Publications, 2008.

BORELLI, Sílvia; FREIRE FILHO, João (Org.). **Culturas juvenis no século XXI**. São Paulo: EDUC, 2008.

BORELLI, Silvia; ROCHA, Rose de Melo. Juventudes, Miatizações e Nomadismos: a cidade como arena. In: **Comunicação, Mídia e Consumo**. São Paulo vol. 5 n. 13, p. 27 – 40, jul. 2008.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. 4ª ed. São Paulo: EDUSP, 2003.

_____. **Consumidores e Cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2005.

CERTEAU, M. A invenção do cotidiano: Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 2004.

CEVASCO, Maria Elisa. **Dez Lições sobre Estudos Culturais**. São Paulo: Boitempo, 2003.

CHAUÍ, Marilena. **Cidadania Cultural – O direito à Cultura**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina. Quando a recepção já não alcança: por uma revisão de objeto e método. In: **Anais do 17º Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação**, 2008, São Paulo.

_____. Stuart Hall: esboço de um itinerário biointelectual. In: **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, nº 21, agosto 2003.

_____. Anotações para pensar o sujeito nos estudos culturais. **Animus** (Santa Maria), Santa Maria - RS, v. II, n. 1, p. 69-79, 2003.

_____. **Cartografias dos estudos culturais**. Uma versão latino-americana. Belo Horizonte: Autentica, 2001.

FREIRE FILHO, João. **Reinvenções da resistência juvenil: os estudos culturais e as micropolíticas do cotidiano**. Rio de Janeiro: Mauad, 2007a

_____. Novas Perspectivas para o Estudo da Relação entre Discurso Midiático, Juventude e Poder. In: **Revista Eletrônica E-compós**, agosto, 2006b.

_____. Força de expressão: construção, consumo e contestação das representações midiáticas das minorias. **Famecos**, no. 27, 2005.

_____. Das sub-culturas às pós-subculturas juvenis: música, estilo e ativismo político. **Contemporânea- Revista de Comunicação e Cultura**, vol. 3, no. 1, 2005.

GOMES, Patrícia. Dimensão simbólica do conflito sócio-político e cultural de jovens em seis contextos locais na Colômbia. **E-Compós**, Brasília, v. 11, no. 3, 2008.

GOMES, Itania. **Efeito e Recepção**. A interpretação do processo receptivo em duas tradições de investigação sobre os media. Rio de Janeiro: e-papers, 2004.

GUARESCHI, Neuza Maria. A mídia e a produção de modos de ser da adolescência. In: **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, nº 30, agosto 2006.

HALL, Stuart. **Da Diáspora: identidades e mediações culturais**. SOVIK, Liv (Org.) Belo Horizonte: Editora UFMG. Brasília: Representação da Unesco no Brasil, 2003.

_____. “Quem precisa de identidade” In: SILVA, Tomás Tadeu.(org). **Identidade e Diferença**. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. **Identidades culturais na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.

_____. *Representation: cultural representation and signifying practices*, London, Sage, 1997a.

_____. A Centralidade da cultura: notas sobre as revoluções de nosso tempo. *Educação & Realidade*. Porto Alegre: UFRGS/faced, v. 22, n. 2, jul/dez, 1997b, PP. 15-46

_____. Identidade Cultural e Diáspora. In: **Cidadania. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, no 24, Brasília: Iphan/MEC, 1996.

HOLLANDA, Heloisa Buarque (org.) **Cultura e Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2004.

JOHNSON, Richard. O que é afinal, estudos culturais? In: SILVA, Tomás Tadeu (org). **O que é afinal, estudos culturais?** Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

LEAL, Bruno. Saber das narrativas: narrar. In: FRANÇA, Vera; GUIMARÃES, César. (Org.). **Na mídia, na rua: narrativas do cotidiano**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2006.

MAIA, João & PRATA, Pedro. Uma história de amor juvenil. **E-compós**, Brasília, V. 11, no. 1, 2008.

- MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. 2. Edição. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.
- PRYSTHON, Ângela. Margens do Mundo: a periferia nas teorias do contemporâneo. In: **Revista Famecos**, Porto Alegre, no. 21, agosto de 2003.
- SALLES, Écio. Culturas Transitivas. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque (org.) **Cultura e Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2004.
- SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SILVA, Tomás Tadeu. “A produção social da identidade e da diferença.” In: SILVA, Tomás Tadeu.(org). **Identidade e Diferença**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- _____. (org). **O que é afinal, estudos culturais?** Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- SOUZA, Jailson,da Silva. Considerações sobre Juventude e Violência Urbana. **ECO-Pós**, v. 8, no. 1, 2005.
- ROCHA, Simone Maria. Estudos culturais e estudos de mídia: modos de apresentação dos sujeitos em programas televisivos. **Líbero** (FACASPER), v. XI, p. 87-98, 2008a
- _____. Análise de conteúdo articulada à análise de gênero televisivo: proposta metodológica para interpretação das representações nas narrativas mediáticas. **Revista Fronteira** (UNISINOS), v. 2008, p. 121-134, 2008b.
- ROCHA, Rose de Melo & Da SILVA, Josimey Costa. Consumo, cenários comunicacionais e subjetividades juvenis. **E-compós**, agosto de 2007.
- RONSINI, Veneza Mayora. **Mercadores de sentido: consumo de mídia e identidades juvenis**. Porto Alegre: Sulina, 2007.
- _____. Fluxo Midiático e Cultura Juvenil. **Intexto**, Porto Alegre:UFRGS, v. 2, no. 11, 2004.
- WOODWARD, Kathryn. “Identidade e Diferença: uma introdução teórica e conceitual”. In: SILVA, Tomás Tadeu.(org). **Identidade e Diferença**. Petrópolis: Vozes, 2000.